



EMENDAS IMPOSITIVAS

STF aprova suspensão; Lira contra-ataca

Corte endossa decisão de Dino de proibir repasses. Presidente da Câmara tira da gaveta PECs para limitar poderes de ministros

» EVANDRO ÉBOLI
» RENATO SOUZA
» LUANA PATRIOLINO

O embate entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso, deflagrado após a proibição às emendas impositivas, se acentuou, ontem, com novos rounds. Por unanimidade, a Corte endossou a decisão monocrática do ministro Flávio Dino de suspender o repasse dos recursos, por falta de transparência. Em reação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tirou da gaveta propostas que limitam os poderes dos magistrados.

A liminar de Dino suspende a execução da emendas impositivas até que Câmara e Senado estabeleçam procedimentos para garantir a transparência e rastreabilidade dos recursos. No julgamento em plenário virtual, encerrado ontem, os outros 10 ministros avalizaram a determinação do colega de Corte.

No contra-ataque, **Lira enviou** a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a proposta de emenda à Constituição (PEC) que restringe decisões monocráticas de ministros do STF. O autor da PEC é o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), e o texto foi aprovado no Senado em 2023.

A proposta veda decisões monocráticas que suspendam a aplicação de lei ou ato normativo com efeito geral ou, ainda, que suspenda ato dos presidentes da República, do Senado e da Câmara.

Em nota, a presidente da CCJ, Caroline de Toni (PL-SC), anunciou que vai pautar a PEC contra o STF e que se trata de uma demanda da oposição. “O que decidimos, por meio de lei, passou pelo crivo de 513 deputados e 81 senadores e não pode ser desconstituída em minutos, com a canetada de um único homem. Daremos a celeridade devida à PEC 8/21 na CCJ”, disse.

Lira ainda reabilitou uma outra PEC, também do ano passado, que autoriza o Congresso

Mario Agra / Câmara dos Deputados



O presidente da Câmara, Arthur Lira, enviou para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) duas PECs que limitam o poder do STF

Assinatura

Segundo a assessoria de Lira, ele assinou o despacho na quarta-feira, mas só ontem foi registrado no sistema da Câmara. Naquele dia, Dino havia assinado decisão suspendendo as emendas impositivas.

a derrubar decisões do STF que “exorbitam o adequado exercício da função jurisdicional”, ou seja, as determinações que os parlamentares considerem invasiva às prerrogativas do Congresso. Esse texto é de autoria do deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR), aliado ferrenho do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“Se o Congresso Nacional considerar que a decisão exorbita do adequado exercício da função jurisdicional e inova o ordenamento jurídico como norma geral e abstrata, poderá sustar os

seus efeitos pelo voto de dois terços dos membros de cada uma de suas Casas Legislativas, pelo prazo de dois anos, prorrogável uma única vez por igual período”, diz trecho da proposta contra o STF.

Dos 185 signatários da emenda — são necessárias 171 adesões para se protocolar uma PEC —, pelo menos 160 são aliados de Bolsonaro. Do PL, 75 deputados assinaram a proposta. Dos 51 deputados do PP, de Lira, 21 foram signatários. Ao todo, do Centrão, 92 apoiaram a PEC: PSD (33),

União Brasil (25), Republicanos (13), além do PP (21).

A emenda não teve uma assinatura de partidos da esquerda, que são aliados históricos de Luiz Inácio Lula da Silva e que entendem que o STF não comete excessos. Nenhum parlamentar do PT, PCdoB, PSB, PDT e PSol assinou a proposta que tira poderes do tribunal.

Pelo texto, bastam dois terços de votos da Câmara, que são 257 deputados, e também do Senado, 41 votos, para que uma decisão do STF seja rejeitada.

Lula fala em negociação

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva avaliou que a suspensão da execução de emendas impositivas permitirá uma “negociação” entre o Congresso e o governo sobre a gestão do Orçamento público.

Lula criticou o controle do Congresso sobre os recursos públicos e afirmou querer “voltar à normalidade”. “Acho que esse impasse que está acontecendo agora é, possivelmente, o fator que vai permitir a gente fazer uma negociação com o Congresso Nacional e estabelecer uma coisa justa na relação do Congresso com o governo federal”, declarou, em entrevista à Rádio Gaúcha, de Porto Alegre.

A suspensão dos repasses das emendas causou insatisfação entre parlamentares, que prometeram retaliação contra o governo. Eles avaliam que a decisão do STF foi influenciada pelo Executivo, o que integrantes da gestão federal negam.

Lula afirmou que o Parlamento tem direito de indicar emendas às suas bases, mas frisou ser necessária transparência. “O que não é correto é o Congresso ter emendas secretas. Não pode ser secreta. Por que alguém apresenta uma emenda e não quer que ela seja publicizada se a emenda é feita para ele poder ganhar apoio político?”, questionou o presidente.

Ele argumentou que o Legislativo tomou o controle de metade do Orçamento público graças ao ex-presidente Jair Bolsonaro e que, atualmente, o valor das emendas repassadas é muito alto. “Isso é resultado da des governança do governo passado. Como ele (Bolsonaro) não governava o Brasil, deixou o (Paulo) Guedes cuidar da economia, e o Congresso, cuidar do Orçamento”, criticou.

Barroso: “Não há conflito, há divergência”

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, afirmou que não há crise entre os Poderes, mas divergências. “Vamos sentar à mesa e discutir diferentes possibilidades de realizar esses valores constitucionais. Portanto, não há conflito, há divergência como é próprio da democracia, e nós vamos administrá-la da maneira mais civilizada possível”, frisou.

Ele acrescentou: “Agora, nós vamos cuidar da harmonia, que é sentarmos juntos e tentarmos construir a solução constitucional possível para dar à questão do orçamento, a integridade, a transparência, a controlabilidade, a ênfase no interesse público, a ênfase na eficiência”.

O próprio Barroso impôs outro revés ao Congresso. Na madrugada de ontem, barrou uma ofensiva do Legislativo e dos partidos contra a decisão que sustou a execução de todas as emendas impositivas.

O Senado e a Câmara queriam que Barroso derrubasse monocraticamente despachos

assinados por Dino. Barroso negou o pedido ressaltando que as decisões foram submetidas a referendo no plenário da Corte.

“Em situações absolutamente excepcionais, o Supremo Tribunal Federal já admitiu a suspensão, pela presidência, de decisões proferidas por outros ministros. No presente caso, contudo, essas circunstâncias não estão presentes”, argumentou Barroso. O presidente do STF destacou ainda que o voto apresentado por Dino no julgamento concluído ontem “sinaliza a possibilidade de construir solução consensual para a questão”.

São de execução obrigatória pelo Poder Executivo as emendas individuais e as de bancada — chamadas de “impositivas”.

As emendas individuais se tornaram de execução obrigatória em 2015, depois da aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) no Congresso. Até então, o governo não era obrigado a executar as emendas, e seu pagamento era utilizado como moeda de negociação com os parlamentares.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Barroso pregou diálogo para resolver impasse entre Poderes

Em junho de 2019, o Congresso voltou a aprovar uma nova proposta, desta vez tornando obrigatória a execução das emendas de bancada. Na prática, os parlamentares se fortaleceram,

já que garantiram maior controle do Orçamento e têm uma cota mínima de emendas a ser executada anualmente.

Com as emendas Pix bloqueadas por decisão de Dino, a

primeira reação do Congresso ocorreu na quarta-feira passada. A Comissão Mista de Orçamento rejeitou medida provisória (MP) que previa recomposição orçamentária de R\$ 1,3 bilhão para o Judiciário e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Lira já havia demonstrado publicamente desconforto com as decisões de Dino. “Não podem mudar isso, com todo o respeito, num ato monocrático, quaisquer que sejam os argumentos e as razões, por mais que elas pareçam razoáveis”, afirmou, na terça-feira, durante jantar das Santas Casas, ao defender a autonomia do Congresso para enviar emendas.

Deputados e senadores chegaram a prever para esta semana a votação de mudanças nas chamadas emendas Pix para dar mais transparência nos repasses. A análise ocorreria na Comissão Mista de Orçamento (CMO), mas o item foi retirado de pauta após a nova decisão de Dino. Em vez disso, foi rejeitada a medida provisória que aumenta a verba para o Judiciário.



Agora, nós vamos cuidar da harmonia, que é sentarmos juntos e tentarmos construir a solução constitucional possível para dar à questão do orçamento, a integridade, a transparência, a controlabilidade, a ênfase no interesse público, a ênfase na eficiência”

Luís Roberto Barroso,
presidente do STF